



Fundo Constitucional do DF

Semana decisiva para defender o Distrito Federal

O Congresso Nacional entrará em recesso na sexta-feira e a intenção é votar, nesse prazo, o corte de gastos que prejudica a capital do país. O **Correio** ouviu lideranças que estão na luta pela manutenção da regra atual de reajuste

» ARTHUR DE SOUZA
» ALESSANDRO DE OLIVEIRA*

A defesa pela manutenção do cálculo de reajuste do Fundo Constitucional (FCDF) chegou ao momento decisivo. A bancada federal do DF terá poucos dias para articular novos apoios e se reunir com o relator do Projeto de Lei (PL) 4.614/2024 — que pretende alterar a forma de repasse do recurso que vem da União. Isso porque o Congresso Nacional entrará em recesso após a sexta-feira e a intenção é votar o corte de gastos (que inclui o Fundo) nesse prazo, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal.

O **Correio** ouviu alguns dos nomes que estão à frente dessa batalha, para saber quais estratégias serão utilizadas. No início do mês, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), esteve na Câmara dos Deputados — junto com a bancada federal do DF, além de outros nomes da política local — para se reunir com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). Na oportunidade, foi pedido que o relator escolhido para analisar o projeto tivesse conhecimento técnico.

Lira optou pelo deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL), nome que foi bastante elogiado pelo governador. Ao **Correio**, Ibaneis o classificou como “experiente e muito respeitado”. O chefe do Executivo local também comentou à reportagem que o objetivo, agora, é agendar uma reunião com o relator, para tentar um diálogo direto e apresentar os argumentos em defesa do Fundo Constitucional.

Questionado sobre como Bulhões se mostrou em relação ao FCDF, Ibaneis se mostrou otimista. “Pedi a ele para marcar uma audiência, para levar a bancada do DF e expor nossas razões. Vou aguardar, mas acho que a receptividade do deputado foi muito boa”, avaliou o governador.

O deputado federal Rafael Prudente (MDB/DF) confirmou ao **Correio** que há um entendimento entre a presidência do MDB e a liderança do partido na Câmara para preservar o FCDF, retirando a mudança no projeto de lei. “Agora temos que esperar a divulgação do relatório”, explicou.

Em alerta

A deputada petista Erika Kokay afirmou que, nessa reta final, é preciso intensificar as articulações para que o relator retire a mudança de reajuste do FCDF do texto. “Ao mesmo tempo, nossa bancada tem que impedir que seja apresentado qualquer destaque, com o intuito de recolocar (o Fundo)”, pontuou. “Continuaremos buscando sensibilizar o governo federal sobre a necessidade de não termos qualquer proposta que reduza o repasse”, garantiu.

De acordo com o deputado Reginaldo Veras (PV), a semana será “intensa” e a bancada vai concentrar maior esforço no projeto que pode mudar a correção do FCDF. “A nossa prioridade será a conversa com o relator do PL, Isnaldo Bulhões, para mostrar nossos pontos a ele”, comentou. “Estou confiante e com fé que teremos êxito”, acrescentou o parlamentar.

Veras disse que, na última semana, conversou com Rafael Prudente (MDB-DF) sobre o relator do projeto. “Ele afirmou que antecipeu o assunto com o deputado, durante reunião do MDB, e disse que é simpático à nossa causa”, revelou. “Isso faz com que a gente comece a criar um cenário favorável pois, além disso, temos falas importantes do Michel Temer, José Sarney e outras autoridades, em nosso favor”, lembrou o deputado.

Bia Kicis (PL) ressaltou o trabalho da bancada federal. “Conseguimos o compromisso de vários partidos, como PL, União Brasil, MDB, PSD e Republicanos. Todos esses partidos fecharam questão

Antônio Cruz/Agência Brasil



A bancada federal do DF terá poucos dias para articular novos apoios e se reunir com o relator do projeto que pretende alterar a forma de repasse do Fundo Constitucional



Continuaremos buscando sensibilizar o governo federal sobre a necessidade de não termos qualquer proposta que reduza o repasse*

Erika Kokay, deputada federal (PT)

“É a capital do país e todo mundo se utiliza dos serviços que são prestados aqui, especialmente a segurança pública”

Bia Kicis, deputada federal (PL)

contra a mudança e, dessa forma, penso que o governo não vai ter como vencer essa batalha”, afirmou. “Agora é buscar o diálogo com o relator”, acrescentou.

A parlamentar defendeu que o Distrito Federal não é, simplesmente, um ente da Federação. “É a capital do país e todo mundo se utiliza dos serviços que são prestados aqui, especialmente a segurança pública. Também temos as sedes dos Três Poderes e órgãos internacionais, além das embaixadas”, ressaltou. “Brasília tem sérias limitações, justamente por ser uma cidade administrativa. Aqui não existem indústrias e a arrecadação é muito difícil, muito limitada. Por isso o Fundo foi criado, para resolver um problema”, argumentou Bia Kicis.

Antecipação

Na última quinta-feira, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), disse que a ideia é votar o pacote de corte de gastos antes do recesso parlamentar. De acordo com ele, a previsão é dar regime de urgência aos projetos, assim que saírem da Câmara dos Deputados. Ainda segundo Pacheco, o deputado Arthur Li-

Povo fala



William Melo,
52 anos, taxista e morador do Cruzeiro

“A saúde, que já é ruim, vai piorar. O que também pode acontecer são várias greves, seja dos profissionais de saúde como dos professores e da segurança pública. São áreas que trabalham com o mínimo para atender a população e esse corte vai trazer grandes prejuízos.”



Brian Bernardo,
25, técnico em informática e morador de São Sebastião

“Acredito que vai prejudicar bastante, pois as áreas da educação, saúde e segurança são essenciais para qualquer cidade funcionar. Com a falta de investimento pode ocasionar graves problemas. É essencial manter ou até aumentar os investimentos, para que a cidade não vire de cabeça para baixo.”



Carlos Adriano,
54, taxista, morador da Ceilândia

“Brasília vai virar um caos. É necessário que sejam mantidos os investimentos, pois, quem utiliza o serviço público, percebe que, principalmente a saúde, é um grande problema em todo o Distrito Federal.”

ra (PP) — presidente da Câmara — disse que está disposto a fazer sessão hoje, na intenção de dar celeridade ao processo, fazendo com que seja “plenamente possível” apreciar os projetos nas duas Casas, até 20 de dezembro.

A expectativa da bancada do DF é que o assunto já chegue resolvido no Senado. Porém, os parlamentares estão se adiantando nas articulações do outro lado do Congresso, para se antecipar a qualquer surpresa. “Durante toda a semana, conversamos com líderes dos partidos no Senado e o que estamos sentindo é que a mesma posição dos partidos lá na Câmara será seguida por aqui, ou seja, favorável ao Fundo”, pontuou Damares Alves (Republicanos) ao **Correio**.

Para esta semana, a ideia é fazer um trabalho maior, falando individualmente com cada parlamentar, de acordo com Damares. “Acredito que, pela receptividade do nosso pedido e a forma como os

parlamentares estão o vendo, essa proposta não passa no Senado, assim como também tenho certeza de que não passará na Câmara”, cravou.

O senador Izalci Lucas (PL) também está otimista em relação à vitória do Distrito Federal na questão do Fundo Constitucional. Assim como Damares Alves, ele acredita que tudo deve ser resolvido ainda na Câmara dos Deputados. “Se o texto não chegar conforme foi articulado, não será acatado aqui. Vamos vencer os senadores, assim como fizemos no ano passado, quando o FCDF foi ameaçado na votação do arcabouço fiscal”, garantiu. “Brasília não sobrevive sem o Fundo Constitucional do DF”, acrescentou Izalci.

Característica especial

Professor de governança e gestão de custos da Universidade de Brasília (UnB),

Entenda

O projeto de lei, que foi enviado à Câmara dos Deputados pelo líder do governo, José Guimarães (PT-CE), quer que a correção passe a ser pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou de outro índice que venha a substituí-lo. O relator do PL, Isnaldo Bulhões (MDB-AL), disse que vai conversar com bancada do DF e com o governador Ibaneis Rocha (MDB), para compreender melhor a matéria.

Um estudo feito pela Secretaria de Economia do DF aponta que, caso o cálculo mude, o FCDF sofreria uma perda de R\$ 800 milhões, já em 2025. Além disso, o prejuízo poderia chegar a R\$ 12 bilhões, em 15 anos. Atualmente, o cálculo do percentual para atualização do recurso é feito de acordo com a arrecadação líquida da União, ou seja, quanto mais o governo federal recebe, maior é o valor do fundo repassado ao DF.

José Marilson Dantas ressaltou que o Fundo Constitucional compõe grande parte do orçamento do Distrito Federal. “Para 2025, a previsão total é de R\$ 66 bilhões, sendo R\$ 25 bilhões referente ao FCDF”, calculou. “Qualquer redução desse repasse afetará os serviços públicos, especialmente os de segurança pública, lembrando que a capital federal tem uma característica especial, por abrigar a sede dos poderes, as embaixadas e receber grandes manifestações populares”, alertou Dantas.

O especialista destacou que o governo federal escolheu o caminho errado, que o certo seria enxugar os próprios gastos. “Essa decisão deixa claro que o governo federal evita tomar a atitude correta, que seria melhorar a eficiência da máquina pública, cortar custos e melhorar a qualidade dos gastos públicos”, opinou. “Se fizesse isso, teríamos uma inflação menor e uma taxa de juros comparável com a de outros países”, avaliou o professor da UnB.

* Estagiário sob a supervisão de Patrick Selvatti